



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE

EMENDA Nº  
(ao PLP 68/2024)

Dê-se ao art. 137 do Projeto a seguinte redação:

“**Art. 137.** Ficam reduzidas em 60% (sessenta por cento) as alíquotas do IBS e da CBS sobre:

- I – fornecimento à administração pública direta, autarquias, fundações públicas e **empresas públicas de defesa**, dos bens relativos à soberania e segurança nacional, à segurança da informação e à segurança cibernética relacionados no Anexo XI desta Lei Complementar, com a especificação das respectivas classificações da NBS e da NCM/SH; e
- II – operações e prestações de serviços de segurança da informação e segurança cibernética desenvolvidos por sociedade que tenha sócio brasileiro com o mínimo de 20% (vinte por cento) do seu capital social, relacionados no Anexo XI desta Lei Complementar, com a especificação das respectivas classificações da NBS e da NCM/SH.

**Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também às importações, às aquisições no mercado interno, e às aquisições de serviços, realizadas por empresa que venda ou preste serviço para os fornecedores dos bens relativos à soberania e segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética relacionados no Anexo XI, com a especificação das respectivas classificações da NBS e da NCM/SH.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

Segundo o texto normativo do Art. 137, apenas a venda direta à administração pública, autarquias e fundações públicas estariam favorecidas pela redução de 60% do IBS e da CBS. No formato legislativo, a EMGEPRON, empresa pública, que gerencia um dos programas mais relevantes da Marinha do Brasil, qual seja, a construção de quatro fragatas militares da Classe Tamandaré, não estaria contemplada pelo benefício tributário.





SENADO FEDERAL

A interpretação vai além, pois não atinge somente este programa exemplificativo, mas todos aqueles cuja participação da estatal esteja no modelo de destinação de bens à Marinha do Brasil, como intermediária entre a fabricação de embarcações em estaleiros, públicos ou privados, e o destinatário final, ou seja, em prol da União. A intenção desse artigo é reduzir a carga tributária das compras públicas relativas à Soberania, à Segurança Nacional, à Segurança da Informação e à Segurança Cibernética. Neste sentido, propõe-se a alteração do art. 137 para que o fornecimento desses bens à empresa pública também contemple a redução de 60% dos novos tributos, visto que muitas das compras públicas realizadas pela Marinha do Brasil ocorrem por meio da EMGEPRON.

No mesmo compasso, não basta a redução da carga tributária no momento da venda da embarcação, pois se o fabricante dos navios não adquiriros materiais, insumos e serviços destinados ao processo de industrialização sem o correspondente benefício pelos seus fornecedores o valor final do produto à venda estará agregado pelas alíquotas totais do IBS e da CBS. Por isso, a importância da inclusão do parágrafo único, a fim de beneficiar a cadeia comercial, desde os fornecedores das matérias primas.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2024.

**Senadora Soraya Thronicke**  
**(PODEMOS - MS)**

